

## **A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE OBSEVAÇÕES REALIZADAS NA FEIRA LIVRE DA ESTAÇÃO NOVA NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA - BA.**

### **Organização do Trabalho**

José Raimundo Oliveira Lima é Professor Assistente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) do Curso de Ciências Econômicas e Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)-zeraimundo@uefs.br;

Cristovão Carneiro, Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba;

Gleidson Santos Araújo, Graduando em Ciências Econômicas e Bolsista de Extensão da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Estadual de Feira de Santana – BA.

### **Resumo**

*Este estudo faz uma reflexão sobre a economia popular e solidária como uma relevante estratégia para o desenvolvimento local do Município de Feira de Santana-BA, mostrando que esta economia está implicada nas características das suas feiras livres, bem como no perfil do trabalhador feirante. O desenvolvimento local mostra-se resultante de uma dinâmica que tem origem nas iniciativas populares que se apresentam na feira livre como um conjunto de atividades que vão para além das questões econômicas, na medida em que os trabalhadores feirantes motivam-se para uma forma de vida com bases no trabalho livre e autônomo enfatizado na importância que atribuem ao não ser conduzido por um chefe ou patrão. As reflexões acerca do objetivo proposto são resultantes de discussões em um núcleo de pesquisa e extensão intitulado Incubadora de Empreendimentos Populares e Solidários da Universidade Estadual de Feira de Santana-Ba, onde foram pensados e elaborados os instrumentos de pesquisa.*

*Palavras - Chaves: Economia popular e solidária – Poder público – Desenvolvimento local – Feira Livre.*

### **1. Considerações Iniciais**

A economia popular e solidária, nesse estudo, é compreendida como um movimento de reprodução da vida em que as pessoas buscam satisfazer suas necessidades sem, no entanto, imprimir a racionalidade indiscriminada na alocação ótima de recursos própria da economia tradicional. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre a economia popular e solidária como uma relevante estratégia para o desenvolvimento local do município de Feira de Santana, buscando mostrar que esta economia está implicada nas características das feiras livres, bem como no perfil do trabalhador feirante.

Com efeito, a economia popular e solidária torna-se uma estratégia de desenvolvimento local indispensável à politização, ao empoderamento, ao desfazimento das relações impostas pelo modo de produção capitalista que só reconhece o mercado, ambiente

competitivo representante do encontro entre unidades produtivas e unidades de consumos, segundo Vasconcelos (2002), como única forma capaz de promover o desenvolvimento.

A economia popular e solidária abriga-se nas formas de gestão democrática quanto às relações de trabalho através da autogestão, amplia e valoriza a solidariedade, atua em cooperação mesmo não estruturada juridicamente em cooperativas, além de desenvolver uma ação econômica que não sobrepõe estes princípios à competitividade, ao individualismo e, especialmente, ao lucro acima de tudo, conforme Santos (2005).

O desenvolvimento local, neste estudo, mostra-se resultante de uma dinâmica que tem origem em iniciativas populares que se apresentam na Feira Livre como um conjunto de atividades que vão além das questões econômicas.

A Feira Livre, no município de Feira de Santana, apesar da necessidade de apoio do poder público municipal mínimo, relativo à sua relevância histórica, mantém-se viva na direção de um movimento local que compreende aspectos específicos deste Município como organização típica em espaços que se popularizaram, através de manifestações culturais de repentistas, de cordelistas, mesienheiros, curandeiros, nas comidas típicas, nas trocas ou rolos e, historicamente, tem demonstrado ser um elo de manutenção e fortalecimento de uma economia popular que dinamiza o potencial econômico local.

Desta forma, o feirante, enquanto sujeito da construção histórica do Município, é instigado à conscientização sobre a importância do trabalho como elemento central e político para um processo histórico, articulado ao conhecimento popular a partir da condição orgânica das atividades populares que têm bases em manifestações que engendram a concepção de localidade a qual compreendemos como laços e vínculos de cidadania que levam em conta a convivência solidária, parceira, cooperada, entre vizinhos, mas que, também, se politiza no conflito natural das divergências de ideias entre as concepções de atraso ou avanço que têm permeado o poder local e não se limita apenas a uma questão de espaço físico.

Esta pesquisa surgiu de discussões na disciplina Política e Programação Econômica lecionada no Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), articuladas às atividades de extensão e pesquisa, desenvolvidas a partir da orientação a estudantes da graduação no grupo de pesquisa e programa de extensão de mesmo nome - Incubadora de Empreendimentos Econômicos Populares Solidários da UEFS.

Com efeito, a literatura selecionada sobre Feira Livre no Brasil, limita-se aos aspectos antropológicos na medida em que relata sobre costumes, origens e evolução do homem nos espaços sociais e comunitários, conforme observa Moreira (1984) e (1996). Assim, faz pouca

menção à questão econômica. Entretanto, foram utilizados como suporte teórico, textos que remetem à pesquisa sobre a Memória da Feira Livre no Município de Feira de Santana, desenvolvida na UEFS, que procura retratar as origens do Município. Além disso, entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores feirantes para traçar seu perfil socioeconômico, bem como tecer características da Feira atinentes à localidade e à perspectiva da economia popular e solidária deram a articulação necessária às reflexões teóricas suscitadas.

Neste sentido, elaborou-se uma análise dos resultados da consulta aos feirantes a partir destas entrevistas com 46(quarenta e seis) indagações diversificadas nos vários ramos de atividades desenvolvidas na Feira, de forma aleatória, aplicadas em um universo de, aproximadamente, 840(oitocentos e quarenta) feirantes.

Com efeito, este texto consiste das considerações iniciais, de uma reflexão sobre iniciativas de economia popular e solidária que podem estimular o desenvolvimento local do Município de Feira de Santana, a partir da compreensão de que há uma relação entre a origem histórica deste município, com bases nas Feiras Livres. Em seguida, discutem-se os resultados da consulta aos feirantes e, finalmente, nas considerações finais, colocam-se algumas inferências no sentido da relação entre a economia popular e solidária e o desenvolvimento local deste Município.

## **2. Iniciativas de Economia Popular e Solidária, Feira Livre e o Desenvolvimento Local do Município de Feira de Santana.**

As iniciativas chamadas de economia popular e solidária, especialmente aquelas caracterizadas pelos princípios de cooperação, autogestão, solidariedade e ação econômica, como possíveis formas alternativas de organização política, econômica, social, ambiental, cultural, educacional, entre outras, que se contrapõem aos efeitos destrutivos e de exclusão impostos pelos modelos de crescimento e de desenvolvimento originários do capitalismo e, em especial, manifestadas no protagonismo dos trabalhadores das feiras livres que se negam ao trabalho hierarquizado, imposto e comandado por chefes ou patrões, têm-se colocado como estratégias para o desenvolvimento local do município de Feira de Santana, apesar de pouco ou quase nenhum apoio do poder público nesta direção.

Para Dowbor(1995), o poder público, através dos gestores do espaço público, é responsável pela autorização ou negligências relativas às movimentações populares que ocorrem no âmbito das ações que dizem respeito às melhorias ou ao descaso quanto à vida do

cidadão. Desta forma, as Feiras Livres ocorrem no espaço público, portanto, a ambiência não é distanciada da ação do poder público local.

Segundo Singer (2002), a economia popular e solidária tem se mostrado cada vez mais relevante devido ao apoio ao grande número de falências de empresas industriais que passam a ser conduzidas por trabalhadores autogestionários, no apoio ao crescente número de desempregados, entre outros excluídos que se mobilizam enquanto trabalhadores em busca de uma vida melhor. Esta economia, além disso, é responsável pela transformação de grupos subalternizados historicamente como mulheres, negros, índios, entre outros, à medida que os empodera e desfaz os estigmas inferiorizantes a que estão submetidos.

De modo oposto, os modelos de crescimento e desenvolvimento capitalista não conseguiram responder às contradições presentes num mundo do trabalho que, ao mesmo tempo, é responsável por pobreza (para a grande maioria das pessoas) e riqueza (para uma minoria) em diversas partes.

Noutra perspectiva, a economia popular e solidária mostra-se de conformidade com experiências em diversos estados do Brasil, a exemplo do Banco Palma em Fortaleza, que, organizando, popularizando e disponibilizando o crédito mediante uma metodologia de confiança nas pessoas, se instalou num dos bairros mais pobres, populosos e violentos daquela cidade e obteve melhorias significativas para cidadãos que, de outra maneira, não vislumbravam em seus horizontes melhorias de vida.

A Associação dos Pequenos Agricultores da Bahia (APAEB) tem revolucionado o Município de Valente-Ba no que se refere à organização dos trabalhadores e trabalhadoras, na perspectiva de um processo de desenvolvimento mais humano, diferenciado das conhecidas formas tradicionais de economia, embora, historicamente, esta Associação não tenha sido apoiada pelo poder público local. Entretanto, apesar das dificuldades de comercialização, crédito, organização e de gestão, tem conseguido transformar pessoas de pouca consciência sobre a importância do trabalho coletivo, de “empreendimento”, ou do seu próprio trabalho, em sujeitos condutores do processo econômico popular e solidário, mediante muita perseverança e protagonismo político, com base em um processo cultural e educativo popular que tem tratado a localidade como um ambiente de relações sócio-produtivas diferenciadas, desde as lutas históricas em defesa dos trabalhadores mutilados no corte do sisal.

A economia popular e solidária pode aparecer em diferentes formas de organização, como já foi mencionado, em que as pessoas se responsabilizam por criar sua própria fonte de existência com base no trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade com preço

justo e consumo consciente, numa perspectiva solidária e de reciprocidade que prefere os interesses coletivos em detrimento aos individuais, seja por uma relação produtiva mais saudável, ambientalmente e sustentável, economicamente, (ARROIO, 2006).

A despeito da variação conceitual do termo como economia solidária, economia informal, economia popular, socioeconomia, economia da solidariedade que, por vezes, se confundem ou até mesmo são conceituações fronteiriças ou de mesma conotação, não tem trazido grandes problema para os estudiosos e pesquisadores, embora se observe uma constante busca da construção de um conceito mais apropriado que consideramos neste trabalho, o de economia popular e solidária, a partir das construções teóricas de autores como Mance (2004) que discute a popularização deste segmento nas suas diversas dimensões para a construção de redes, considerando a importância da dimensão local, desmistificando a ideia de economia periférica e de pobres e, Tiriba (2004) que “reivindica o popular” do conceito, tendo em vista a sua amplitude de atuação e envolvimento no conjunto da sociedade.

Ambas as construções teóricas consistem em conotar a economia popular e solidária, como sendo atividades desenvolvidas e popularizadas como grande movimento social e produtivo que busca a reprodução da vida e a satisfação das necessidades dos sujeitos sem o intuito da competitividade, do individualismo e da lucratividade como princípios norteadores fundamentais.

Além desses, outros autores são mencionados no decorrer deste trabalho pela relevante contribuição para a ampliação do entendimento deste fenômeno que se origina dentro das próprias contradições do sistema capitalista e tem aflorado de forma bastante evidente nos momentos de crises.

O município de Feira de Santana, embora conduzido economicamente sobre a égide do capitalismo global, abrigando e estimulando as formas de desenvolvimento destrutivas da organização de suas origens históricas, é uma localidade historicamente envolvida com iniciativas e agentes que se caracterizam como elementos fundamentais para o desenvolvimento local.

Esta forma de desenvolvimento na percepção de Wanderley (2010) se contrapõe à ordem imposta pelo crescimento econômico tradicional permeado de grande endividamento e inversão de capital que não beneficia toda população e sim, um pequeno grupo, como, aliás, tem sido a construção de riquezas em vários lugares do mundo.

Os efeitos desse endividamento, através de grande inversão de capital, para Furtado (1981) produzem, em algum momento, crises, desequilíbrios, deseconomias de escala e,

consequentemente, desníveis de desenvolvimento entre o centro do capitalismo mundial e a periferia subdesenvolvida. Este modelo, portanto, tem se espalhado numa lógica verticalizada entre continentes, países, regiões, estados e, até mesmo, entre municípios.

Segundo Santos (2005), a localidade não compreende apenas um espaço físico de delimitações geográficas, mas elementos que se articulam para a formação política do sujeito na sua integralidade, propiciando-lhe condições de agir de forma contra-hegemônica ao modelo de globalização neoliberal.

Com efeito, o município de Feira de Santana já contou com grandes investimentos federais, estaduais, além de terraplanagem e disponibilização de grandes áreas municipais, para instalações de empresas na década de 1970, para a iniciação industrial, o que atraiu empresas das regiões mais desenvolvidas, industrialmente, do país. Entretanto, a grande maioria evadiu-se para o eixo dinâmico do sul e sudeste do Brasil, levando grande parte dos aportes auferidos através das agências de fomento ao desenvolvimento do Nordeste. A economia dos setores populares (KRAYCHETE, 2000), entretanto, foi capaz de manter a dinâmica produtiva e social do município sem alterar suas características anteriores de grandes movimentos nas Feiras Livres, além de aperfeiçoar a engrenagem entre comércio, serviços e indústria.

Este município está situado na região semiárida do estado da Bahia, cortado pelas BR 101, 116 e 324 distando 108 km da Cidade de Salvador. Possui uma população de 556.642 mil habitantes, a taxa média geométrica de crescimento anual é de 1,47% e a densidade demográfica é de 416,03. Possui mais mulheres (52,72%) do que homens (47,42%), população negra superior à branca em mais de 60%, segundo dados do IBGE, em 2010. Do total da população, 91,7% vive na zona urbana e 8,3%, na zona rural. Conta, também, com índices de analfabetismo e desemprego altos, equiparados aos das grandes cidades e até aos de capitais do Brasil e do mundo. Entretanto, o contingente de frequentadores das Feiras Livres, permeado por todas as classes de renda, continua aumentando e também se organizando em Associações, Cooperativas, Grupos Solidários buscando orientação de Incubadoras Territoriais e Universitárias dentro de um universo de informalidade de, aproximadamente, 60% dos trabalhadores em idade ativa.

Em relação às incitativas de economia popular e solidária, têm-se, entretanto, algumas experiências que se referem à Cooperativa dos Badameiros, antigos catadores que se mobilizaram com a ajuda e orientação da Equipe de Educação Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana e conseguiram se organizar e aumentar, consideravelmente, sua

renda, entre outros avanços organizativos, além de outros grupos em processo de incubação também na UEFS como a COPERMASOL (Cooperativa Mãos Solidárias) formada por mulheres do bairro Queimadinha que produzem alimentação, bem como empresas recuperadas em processo de autogestão e o “Projeto Cantina Popular Solidária Santa Inês: juntos pela agricultura familiar”, no espaço da UEFS, desenvolvendo-se no ramo de alimentação com base em produtos locais.

Este Município apresenta-se diferenciado de muitos outros, devido à sua identidade própria, embora, numa perspectiva de industrialização, possua características gerais e globais, conforme apresentado, seguindo a mesma dinâmica dos grandes centros econômicos. Ressalte-se que é um atributo da maioria das localidades, apresentar alguma especificidade identitária, seja na alimentação, na cultura ou na forma de organização produtiva, política e outras. Neste caso, seus atributos são relativos à grande força de trabalho empregada de forma autônoma e “informal” nas cinco ou seis grandes Feiras Livres e, também, em algumas pequenas, distribuídas pelo centro da cidade que ocupam, aproximadamente, segundo estimativa das organizações ligadas ao setor de 5(cinco) a 6(seis) mil trabalhadores, inclusive flutuantes, que são aqueles que, numa semana, trabalham, na outra, não; que se submetem à precarização daqueles espaços e, ainda assim, cultivam as relações culturais que remontam à origem histórica desta localidade.

O trabalho do feirante se comunica de forma aproximada com a economia popular e solidária, tendo em vista as relações amigáveis, parcerias e os laços de solidariedade que circundam aquele ambiente, ainda que não disponha de orientação neste sentido, nem por parte do poder público, nem por outras formas, embora persista num incipiente processo de associação.

No Brasil, a economia popular e solidária, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), através do mapeamento feito pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES) no ano de 2007, mostra o seguinte panorama: são 21.859(vinte e um mil, oitocentos e cinquenta e nove) empreendimentos econômicos solidários em diversas áreas. Esses números, em percentuais, estão distribuídos pelo Brasil de forma que 41% dos municípios brasileiros já praticam, de alguma maneira, a economia popular e solidária sem se dar conta.

A Região Nordeste segue liderando no que diz respeito à prática solidária nos negócios com 9.498 (44%) dos empreendimentos solidários. Em seguida, tem-se a Região Sudeste, com 3.912 (18%); Sul, com 3.583(16%); a Região Norte com 2.656(12%) e a Região

Centro-Oeste com 2.210 (10%). As iniciativas movimentam, aproximadamente, 1.800.000 (um milhão e oitocentas mil) pessoas. Quanto às tipologias organizativas são 11.326 associações (52%), 7.978 grupos informais (36,5%), 2.115 cooperativas (10%), e 440 outras formas (1,5%). São números que mostram que esse movimento não é algo desprezível, economicamente, como argumentam os estudiosos da macroeconomia.

A Bahia destaca-se como o segundo colocado em número de empreendimentos econômicos solidários com 1.093(mil e noventa e três), correspondendo a 7,3% da Região Nordeste, ficando atrás apenas do Ceará com 1.249(mil, duzentos e quarenta e nove), o correspondente a 8,4%.

Em Feira de Santana, as tipologias organizativas apresentam-se neste segmento conforme quadro abaixo:

**Quadro 1 - ORGANIZAÇÃO DA ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA EM FEIRA DE SANTANA**

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO	QUANTIDADE
Grupo informal	19
Associação	5
Cooperativa	2
TOTAL	26

MTE/SENAES. do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Relatórios do SIES 2005/2007. Dados do Município de Feira de Santana.

Este panorama mostra que a economia popular e solidária tem sido um importante amparo aos trabalhadores das comunidades pobres, bem como outros excluídos sobre as mais diversas formas, seja no Brasil, no Nordeste, na Bahia ou em Feira de Santana. São milhares de organizações coletivas organizadas sobre formas de autogestão que realizam atividades de produção de bens e serviços, créditos e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Segundo Moreira (1996), as origens das Feiras Livres remontam à tendência natural do Município de Feira de Santana em sediar Feiras, pois a história da formação desta cidade se dá a partir da comercialização de animais e produtos oriundos da zona rural e que atendia à população de toda região circunvizinha. A criação e engorda de gado era a atividade produtiva de maior destaque e devido ao fluxo de pessoas que, periodicamente, circulavam por esta região, deu-se origem a um pequeno arraial que se transformou em uma Feira semanal, dando início à história de uma Cidade que hoje é marcada, dentre outras coisas, pela sua importância econômica na região.

A Feira Livre, portanto, é um ambiente de comercialização de produtos, mas também, um lugar onde as culturas regionais e locais são criadas e/ou expostas, preservadas e cultuadas pela sociedade, através de diversas manifestações populares.

Para Teixeira (2001), embora o desenvolvimento local esteja inteiramente relacionado ao desempenho político do poder público local, ele não se dá por decreto, constrói-se com os cidadãos. Não depende somente da combinação de recursos e fatores de produção, mas, também, de fazer aflorar e viabilizar recursos e capacidades diversas. Significa dizer que não há localidades previamente condenadas à pobreza ou ao desprezo, mas, espaços sem projetos de desenvolvimento ou orientação.

A atual situação da Feira Livre demanda intervenções corretivas e preventivas, que resultarão em uma melhoria do atendimento, através das adequações da base física e do ordenamento logístico, melhoria das condições higiênicas sanitárias e da consequente qualidade dos produtos comercializados, elementos decisivos para reconquista e conquista de novos participantes e/ou clientes.

Para Miglioli(1983), a orientação econômica, bem como seus resultados estão diretamente relacionados à sensibilidade do planejador e pode ser demonstrada nas coerências internas e externas dos planos, programas ou projetos constituídos com bases nos instrumentos de orientação econômica diretos(leis, decretos, normas, regulamentos,etc.) e indiretos(políticas fiscais, monetárias e cambiais).Desta forma, o poder publico, seja oferecendo, seja negando apoio, de alguma forma interfere na orientação econômica de determinado seguimento social.

A produção e a comercialização de alimentos têm demonstrado ser um dos setores da economia mais promissores e com características de respostas mais rápida aos investimentos, constituindo-se, portanto, em elemento fundamental para implantação de políticas de fortalecimento da economia, principalmente, em nível local capaz de influenciar, decisivamente, no aumento da produtividade e condições que viabilizam menores custos e preços justos e consumo consciente, facilitando, então, o desenvolvimento local e das redes, conforme Mance (2004).

Com efeito, a história do Município de Feira de Santana se confunde com a própria história da Feira Livre que também tem evoluído na quantidade e qualidade de seus produtos, fornecedores, consumidores, bem como participantes diversos, naturalmente; não permitindo, entretanto, que se confunda Feira Livre com bagunça, desordem ou algo desprovido de limpeza e higiene como alguns costumam associar.

Fonte de sobrevivência para centenas de famílias, a Feira Livre movimentava um grande volume de mercadorias e, por conseguinte, de recursos financeiros, que devido à sua característica natural de preferência pela “informalidade” e grau de organização despreocupado é pouco provável que se identifique de forma precisa o total exato de dinheiro ou trocas que circulam em torno dela.

Com efeito, faz-se necessária uma política pública que abrigue desde saneamento básico que integre ruas e avenidas da cidade, contemplando acessibilidade, segurança, limpeza, autogestão das iniciativas, criação ou fortalecimento das associações e cooperativas de feirantes, entre outras medidas como créditos e financiamentos.

O Diretor da Associação de Feirantes local afirma que a Feira pode ser um ambiente de aplicação de uma política de infraestrutura capaz de atender às demandas dos feirantes e dos clientes ou público visitante/participante. Não é suficiente apenas a padronização de algumas barracas ou, até mesmo, um treinamento de parte dos feirantes, mas, sim, dotar a feira de um ambiente melhor organizado, limpo, agradável pois, certamente, estará valorizando os trabalhadores e atendendo aos interesses da sociedade feirense.

Na concepção de Dowbor, (1995) as gestões ou intervenções relativas ao planejamento tem se concretizado na orientação de políticas que visam obter eficácia em determinados pleitos econômicos tradicionais, o que certamente, sendo adotado em algumas especificidades não costumeiras, mesmo de maneira adaptada, apresenta-se como uma medida relevante de responsabilidade do poder público local.

## ***2.2 A feira livre da estação nova no município de Feira de Santana-ba: análises e discussão dos resultados.***

A Feira Livre da Estação Nova, outrora conhecida como “Ferinha do Rato”, localiza-se às margens da Avenida João Durval Carneiro, antiga Avenida José de Anchieta, nas proximidades da “Rua do Fogo” e dos bairros da Rocinha, Caseb e Parque Getúlio Vargas.

Identificar o perfil dos feirantes, bem como as características fundamentais da Feira que propiciam a articulação da economia popular e solidária ao desenvolvimento local, foi um desafio motivador e, ao mesmo tempo, instigante em virtude da falta de documentos, bem como de outras referências escritas sobre a mesma, embora tenha contado com a boa vontade de alguns associados. As entrevistas foram aplicadas a uma amostra com 46(quarenta e seis) feirantes, nos sábados e domingos 08, 09 e 15 e 16 de julho de 2008, em um universo da ordem de 840(novecentos e quarenta) feirantes, número oscilante entre 800(oitocentos) e

900(novecentos) de um período a outro. Esta oscilação, segundo a Associação dos Feirantes, acontece por falta de organização do ambiente, o que faz alguns abandonar e, outros entrarem e outros ficarem instáveis por não terem lugar certo para assentar seus produtos. Circula, naquele ambiente, entre 2 a 3 mil consumidores/visitantes em cada dia de sábado e domingo de Feira. Na sequência, serão agrupados os dados nas tabelas e discutidos conforme consulta.

TABELA 1 – GÊNERO DOS FEIRANTES

SEXO	TOTAL
Masculino	63,04%
Feminino	36,96%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

Apesar da significativa presença feminina trabalhando, 63,04% dos feirantes são do sexo masculino, como mostra a tabela 1. O trabalho na feira livre é dividido entre trabalho pesado e de atendimento ao público. Normalmente, as mulheres ficam no atendimento e os homens no transporte de carga e descarga das mercadorias.

TABELA 2 - ESTADO CIVIL DOS FEIRANTES

ESTADO CIVIL	TOTAL
Casado	52,18%
Solteiro	32,6%
Separado	-
Viúvo	6,52%
Outros	8,70%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

As presenças de trabalhadores casados entre os feirantes, conforme tabela 2, destacam-se em relação às outras classificações. Denota-se, também, a união dos esforços dos casais, das famílias, que juntam gerações naquele espaço, sendo comum encontrar avós, netos, pais e filhos numa mesma iniciativa ou negócio. Para muitos deles, a Feira representa uma escolha de atividade laboral que mantém, na medida do possível, as famílias juntas e não simplesmente uma questão de falta de emprego.

TABELA 3 – QUANTO A POSSUIR DEPENDENTES DA RENDA DA FEIRA

	TOTAL
Possui	89,13%
Não possui	10,87%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

O percentual de dependentes daquela renda, conforme mostra a tabela 3 é expressivo e, além disso, destaca-se, também, a presença destes dependentes naquele espaço para

ajudarem, normalmente, os pais no trabalho da Feira. São explícitas as presenças de crianças, que deveriam estar se dedicando aos estudos, ao invés do trabalho. Entretanto, os feirantes veem com naturalidade e entendem como colaboração na renda familiar, mesmo admitindo as condições precárias daquele ambiente e alguns afirmam “é melhor estar aqui trabalhando, do que estar na rua”

TABELA 4 – QUANTO À ESCOLARIDADE

ESCOLARIDADE	TOTAL
Analfabeto	21,74%
Primeiro grau incompleto	47,82%
Primeiro grau completo	10,87%
Segundo grau incompleto	4,35%
Segundo grau completo	15,22%
Superior incompleto	-
Superior completo	-
Pós-graduado	-

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 4 mostra o baixo nível de escolaridade entre os feirantes, sendo que 21,74 % são analfabetos, entre os de primeiro grau completos e incompletos forma-se um contingente de 58,69% dos feirantes, totalizando 80,43% de baixa escolarização. Entretanto, eles não demonstram falta de conhecimento sobre o que fazem e exercem com habilidade sua atividade comercial.

TABELA 5 – QUANTO À NATURALIDADE

CIDADE	TOTAL
Feira de Santana	52,17%
Outras localidades	47,83%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

Feira de Santana, segundo suas origens, caracteriza-se por formar frequentes e diversas Feiras Livres, originadas de forma natural. Por isso, apesar de outras opções de trabalhos, forma um contingente de 52,17% dos feirantes. Entretanto exerce certa atratividade a outras localidades circunvizinhas, num percentual de 47,83%.

TABELA 6 – EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA FEIRA

EQUIPAMENTOS	TOTAL
Bancas de madeira	69,56%
Produtos no chão	8,70%
Carrinhos específicos	2,17%

Carros de mão	2,17%
Tabuleiros	2,18%
Circulantes com produtos em mãos	15,22%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 6 mostra que a infraestrutura constitui-se num dos percalços da Feira Livre da Estação Nova. Os feirantes, em 69,56%, utilizam bancas de madeiras em estado precário, improvisadas e, às vezes, de elaboração própria para comercializarem seus produtos. Os produtos nelas expostos são, em sua maioria, gêneros alimentícios: frutas, verduras, além de carnes, ovos, aves e peixes. Estas barracas não são padronizadas nem higienizadas a ponto de assegurar melhores condições aos feirantes para trabalharem, segundo observação dos próprios. Outro aspecto relevante observado é que os 30,44% dos feirantes são flutuantes, inclusive, sem local garantido ou fixo o que dá uma grande instabilidade aos populares que vivem desta atividade. Entretanto, neste rol de trabalhadores, ocorrem a colaboração e a solidariedade através de empréstimos do espaço, divisão do pequeno espaço para ajudar o outro, ou seja, apesar das dificuldades, não é comum a concorrência, o individualismos ou a competição.

TABELA 7 – ACESSO PARA INSTALAR-SE NA FEIRA

MODALIDADE	TOTAL
Cadastramento na Prefeitura	32,60%
Ocupação livre	36,95%
Compra do espaço	8,70%
Espaço cedido	17,39%
Outros	4,36%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 7 mostra o baixo nível de envolvimento do poder público local na organização do espaço, uma vez que se trata do uso de um espaço público. Entretanto, o cadastramento corresponde a apenas 32,60% dos feirantes, sendo a livre ocupação a maior modalidade de acesso à participação. Isto comprova a ingerência na Feira por parte do poder público local. Alguns feirantes declararam ter mais de trinta anos que vendem seus produtos nesta Feira, sem sequer ter sido procurado por qualquer agente público: “nós mesmos nos acertamos e nos organizamos na desordem desse lugar”, diz um feirante.

TABELA 8 – CAPACIDADE DOS FEIRANTES DE EXECER O NEGÓCIO

GESTÃO DO NEGÓCIO	TOTAL
Sim, ainda possui outro ponto.	39,13%
Não, esse já é demais.	60,87%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A grande maioria dos feirantes, 60,87%, não possui outro ponto de comércio, pois além de não dispor de recursos suficientes para outros investimentos, alega que a Feira é muito trabalhosa e demanda um envolvimento de toda família. Através dela, eles, simplesmente, sobrevivem sem nenhuma perspectiva de se tornar um empreendedor de fato, buscam apenas realizar suas necessidades imediatas. Um percentual também considerável de 39,13% trabalha em diversas Feiras da região, em outros dias da semana ou em outras atividades.

TABELA 9 – FERQUÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS

DIAS DA SEMANA	TOTAL
Segunda-feira	19,56%
Terça-feira	19,56%
Quarta-feira	17,39%
Quinta-feira	13,04%
Sexta-feira	15,22%
Sábado	69,56%
Domingo	100%
Todos os dias	8,70%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 9 mostra que o Domingo é o principal dia de funcionamento da Feira, mesmo que alguns trabalhem ou atuem em outras Feiras da região circunvizinha. Isso caracteriza o ambiente como ponto de encontro entre moradores locais e moradores de Municípios próximos, onde se encontram, semanalmente, para efetuarem suas compras, cultuarem seus costumes, hábitos, bate papos, cantorias, samba de roda e a convivência e a participação em diversos grupos musicais, folclóricos entre outras atividades. A maior frequência nas Feiras em dias de Domingo demonstra que a Feira não é apenas um espaço de negócios, mas de outras atividades. O Sábado segue quase a mesma lógica do Domingo, não obstante algumas pessoas que visitam ou trabalham na Feira exerce outras atividades formais até o meio-dia.

TABELA 10 – TAMANHO DA INICIATIVA/NEGÓCIO

PESSOAS ENVOLVIDAS	QUANTIDADES	TOTAL
A família	4	43,47%
Empregados sem os patrões	1 a 2	6,52%
Família e empregados	2 a 4	2,17%
Proprietários	1 a 2	47,84%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 10 apresenta a mão de obra utilizada por 91,31% dos proprietários e/ou familiares como própria dos feirantes. Demonstra, ainda, que o número de empregados fica reduzido a alguns dos proprietários que exercem outras atividades correspondendo a 8,71%. Entretanto, apenas, 6,52% trabalham sem a presença física dos proprietários.

TABELA 11 – A PROPRIEDADE DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

MERCADORIA PRÓPRIA	TOTAL
Sim	96,65%
Não	3,35%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 11 permite identificar que quase a totalidade dos feirantes são os proprietários dos produtos comercializados e correm os riscos do negócio, uma vez que alegam que boa parte dos produtos são perecível. Muitos plantam, colhem e vendem, embora, a cada dia que passa, aumenta mais a quantidade dos produtos distribuídos por atravessadores. A maioria diz conhecer a Feira e saber que as mercadorias devem atender às exigências de seus clientes e que seria melhor e mais barato se não houvesse a figura do atravessador. Com efeito, demonstra capacidade para organizar pequenos negócios como o que desenvolve. Ressalte-se que todos os entrevistados, apesar de apontar a falta de crédito ou financiamentos como um dos problemas, sustentam suas atividades com recursos próprios.

TABELA 12 – QUANTO À FILIAÇÃO A ALGUMA ENTIDADE DE CLASSE

PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA	TOTAL
Participam	13,04%
Não participam	86,96%

Fonte: elaboração própria a partir das entrevistas, julho de 2008.

A tabela 12 mostra o baixo número de associados a entidades de classe ou trabalho coletivo 13,04%. Enquanto 86,96% dos entrevistados apresentam descrença em atividades associativas, associam-nas à política partidária ou à esperteza de alguns comerciantes e alegam preferir trabalhar com um pequeno grupo familiar, sozinhos ou com amigos. Entretanto, acreditam que só através da união dos feirantes, em defesa da organização do

ambiente da Feira, poderão conseguir melhorias e torná-la um lugar melhor para o desenvolvimento de suas atividades laborais. Desconhecem o funcionamento de uma cooperativa, mas, acreditam trabalhar em cooperação e solidariedade.

### **3. Considerações Finais**

A Feira Livre da Estação Nova, além dos aspectos positivos mostrados na pesquisa, chama a atenção por estar em más condições de funcionamento e sem adequação aos métodos de higiene, segurança, transporte, organização e contra contaminação dos alimentos ali comercializados. Essa falta de infraestrutura ainda contribui para o aumento significativo do desperdício de alimentos gerados a partir de uma distribuição deficiente e desorganizada que se espalha por toda cidade. Ao que parece, e confirmam os feirantes, há um estímulo à precarização daquele ambiente com o intuito de sucateá-lo para substituir aquele mecanismo de negócio ou ocupação dos populares por práticas mercadológicas formais, empresariais ou “modernas” em outros espaços. Como se observou eles não conhecem a possibilidade do trabalho em cooperativa.

Entende-se, a partir desse estudo, que as pessoas frequentam a Feira pelos preços convidativos, na maioria reduzidos, porque não têm a predominância do atravessador, pela qualidade dos produtos, em alguns casos agroecológicos, pela boa relação com os feirantes e pela sensação de pertencimento a uma cultura forjada nas relações populares ao longo da história do Município e Região.

Este trabalho apresenta aspectos que contribuem para evidenciar a permanência de um quadro crítico de dificuldades dos feirantes da Feira Livre da Estação Nova, como a falta de infraestrutura e de políticas públicas que possibilitem proporcionar melhor qualidade de vida a todos os usuários e melhores condições de trabalho aos feirantes, refletidos numa clara falta de preocupação pública para com as atividades laborais nos espaços populares.

Com efeito, as reflexões sobre as características das Feiras Livres, bem como sobre o perfil do trabalhador feirante da Estação Nova, filiam-se ao que a economia popular e solidária vem movimentando como uma relevante estratégia para o desenvolvimento local que são os laços culturais, de vizinhança, de parcerias, de autonomia do trabalho e, principalmente, a possibilidade de não estar sendo explorado e dependente de um chefe ou patrão. Estes elementos são fundamentais para a autogestão, a solidariedade e a cooperação princípios fundamentais da economia popular e solidária encampados pelas incubadora populares e universitárias na organização dos trabalhadores em cooperativas.

Neste sentido, os trabalhadores feirantes, se orientados por um processo econômico popular e solidário, através de mecanismos como associações, cooperativas, fóruns e redes, certamente serão estimulados à conscientização sobre a importância do trabalho como elemento central e político, resultante de um processo histórico que articula o conhecimento popular a partir da condição orgânica dos movimentos populares, com base em manifestações que engendram a concepção de localidade aqui definida.

O desenvolvimento local, neste estudo, mostra-se resultante de uma dinâmica que tem origem em iniciativas populares que veem no seu meio de sustento, a Feira Livre, um conjunto de atividades que vão além das questões econômicas, na medida em que os trabalhadores feirantes não conseguem imaginar-se em outras atividades ou formas de vida pelo trabalho que não seja através das Feiras Livres. As Feiras Livres, mesmo não sendo pensadas enquanto política pública ou, não dispondo de qualquer tipo de planejamento por este Município, como, aliás, se observa neste estudo, pelo descaso com que os feirantes são tratados, mantêm-se fortes e resistentes às intempéries da destruição das formas históricas de organização, econômicas, culturais, sociais e políticas que remontam à origem histórica deste Município, pela vontade do trabalhador de ser livre e autônomo.

Neste estudo não se tem a intenção de esgotar tema de tamanha relevância, tão pouco torná-lo documento-denúncia, mas, apresentar um relato importante para que medidas sejam adotadas e, serve de instrumento de reflexão para outros trabalhos desta natureza, bem como, pode servir de modelo para estudos em outras Feiras da Cidade e, quem sabe, da Região ou de uma rede.

Portanto, a Feira Livre, como elemento de identificação da origem do Município de Feira de Santana, constitui-se numa relevante estratégia para o desenvolvimento local, pois se mostra implicada pela economia popular e solidária nas características e no perfil do trabalhador feirante.

#### 4. Referências Bibliográficas

ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário**. 1ed. - São Paulo: Perseu Abramo, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Relatórios SIES 2005/2007**. Disponível em  
<<http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/Fase2/Relatorios/EmpreendimentoResumoMunicipal.sp?Municipio=2910800>> Acesso em 12 abr. 2011.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local?** São Paulo: Brasiliense, 1995.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Rio de Janeiro, Eds. VOZES; CAPINA; CESE; UCSAL, 2000.

MANCE, Euclides André. **Fome Zero e Economia Solidária: O Desenvolvimento Sustentável e a Transformação Estrutural do Brasil**. Brasília: DF, 2004. Disponível para acesso livre em <http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/fomezero.pdf>.

MIGLIOGLI, Jorge. **Introdução ao Planejamento Econômico**. 2 ed., Brasiliense, São Paulo, 1983.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. **A Feira está morta**. Viva a Feira. In: Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana, 1984.

MOREIRA, Vicente Deocleciano. Projeto Memória da Feira Livre de Feira de Santana. Outras Palavras. **Revista Sitientibus**, Feira de Santana, n.14, 1996, p.211.

SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TIRIBA Lia. Ciência econômica e saber popular: reivindicar “o popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, Lia; PICANÇO, Iracy (Org.). **Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária**. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2004. p. 75-102.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia: micro e macro**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **Educação Popular: metamorfoses e veredas**. São Paulo: Cortez, 2010.